

O ENSINO SUPERIOR AGRÔNOMICO BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX E A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA

CELIA REGINA OTRANTO¹

1. Professor do Departamento de Teoria e Planejamento do Ensino - IE, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, E-mail: celiaotranto@terra.com.br

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo apresentar a trajetória histórica da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) e sua importância para a política de educação superior agrônômica no Brasil, no início do século passado. A ESAMV foi a primeira escola superior agrônômica federal do Brasil e seus cursos foram considerados “padrão nacional” para todos os demais de Agronomia e Veterinária no território brasileiro. A Escola, vinculada ao Ministério da Agricultura, foi o principal instrumento do Governo Federal para implantação da política educacional agrônômica superior, durante todo o tempo de sua existência, entre 1913 e 1934, quando foi desmembrada em três grandes Escolas — Agronomia, Veterinária e Química. As Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária constituíram, em 1943, a Universidade Rural, hoje denominada Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: memória institucional; educação superior agrônômica; política educacional brasileira.

ABSTRACT

THE BRAZILIAN AGRONOMIC HIGHER EDUCATION IN THE BEGINNING OF XX CENTURY AND THE IMPORTANCE OF THE AGRICULTURE AND VETERINARY MEDICINE HIGHER SCHOOL

This research had as objective to investigate the historic way of Agriculture and Veterinary Medicine Higher School, and its importance for the policy of agronomic higher education in the beginning of XX Century in the Brazil. It characteristic the Institution object of thim research since its creation in October 20th, 1910 (Act. n. 8.319), until its transformation, in 1943, in Rural University, actually Federal Rural University of Rio de Janeiro.

Key words: institutional memory; agronomic higher education; brazilian education policy.

INTRODUÇÃO

A política para o ensino superior agrônômico no início do século XX está intimamente ligada à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Ela foi a primeira escola superior federal agrônômica e seus currículos foram considerados “padrão nacional” para todos os cursos de Agronomia e Veterinária do Brasil. Mas, até chegar a esse ponto, a Escola sofreu sérios problemas que quase resultaram em sua extinção, colocando em risco a política educacional do Ministério da Agricultura, ao qual era vinculada. A pesquisa que deu origem a este texto investigou a trajetória histórica da criação e sobrevivência da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária até transformar-se em Universidade, e sua importância para o ensino superior agrônômico brasileiro.

A criação da Escola e a difícil instalação

Em 20 de outubro de 1910, o Presidente da República, Nilo Peçanha, assinou o Decreto nº 8.319, criando a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV). O mesmo decreto regulamentou a política de educação agrícola imposta pelo Estado na Primeira República, vinculando este ensino ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e não ao Ministério do Interior, ao qual estava ligada a questão da educação em geral.

Cabe ressaltar que o ensino agrônômico foi o único ramo do ensino superior criado no Brasil na Primeira República. Tinha por objetivo diversificar a formação da *elite* política brasileira, dotando-a de instrumentos que propiciassem a reciclagem da tradicional “vocação eminentemente agrícola” do país e a definição de novas modalidades de coação, impeditivas da fuga do trabalhador rural para o circuito mercantil. A ESAMV foi

idealizada, principalmente, para promover o desenvolvimento científico da agricultura e para formar profissionais aptos a assumir os cargos superiores do Ministério da Agricultura, diferentemente das demais escolas congêneres que visavam formar os filhos dos grandes proprietários rurais.

Rico em detalhes, o decreto que criou a Escola dispôs sobre os cursos que deveria oferecer — o de engenheiro agrônomo e o de médico veterinário (art. 4º) — definindo o tempo de duração de cada um (art. 8º e 12) e a relação anual de todas as cadeiras que lhes integrariam os currículos (art. 9º e 13). Mas as disposições legais não se limitaram à parte pedagógica e englobaram também a área física que deveria fazer parte da Escola. Nele estavam determinadas todas as instalações físicas, incluindo os laboratórios (art. 11 e 14), com detalhamentos para a estruturação de cada um, abrangendo o material necessário para a organização e operacionalização dos mesmos (art. 15-22). O pessoal administrativo que deveria ser admitido para o bom funcionamento da ESAMV foi definido no Capítulo IV e a quantidade de docentes, assim como o provimento dos cargos, mereceu 50 artigos (art. 30-80). É importante destacar a determinação de que a contratação dos professores fosse feita por decreto, mediante concurso público (art. 65), do qual constariam “uma prova escrita, uma oral e uma ou mais provas práticas” (art. 66). O decreto chegava ao detalhamento de indicar, em uma tabela anexa, os vencimentos de todo o pessoal da ESAMV e das escolas médias agrícolas.

Era, sem dúvida, um decreto ambicioso. Não só em relação ao seu tamanho — 591 artigos — mas também considerando as pretensões nele expressas, relacionadas ao rumo que deveria tomar o ensino agrônomo brasileiro, visto, então, como um dos principais fatores do desenvolvimento nacional. No entanto, eram muitos os empecilhos para sua operacionalização. O primeiro deles é que essas diretrizes foram elaboradas a partir de estudos feitos quase que exclusivamente em países estrangeiros, uma vez que o Brasil ainda não possuía as observações necessárias ao perfeito conhecimento do seu meio físico e de sua produção agrária. O segundo é que esses estudos competiam ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), que só começou a funcionar em 1909, apesar de haver sido criado pelo Decreto nº 1.606, em 1906. O terceiro, é que em 1910 o MAIC já contava com sérios problemas econômicos (Mendonça, 1994). Mas a ESAMV enfrentou, ainda, um outro impedimento para a sua imediata inauguração — o local de instalação.

Ainda que o Decreto de sua criação houvesse determinado sua instalação na Fazenda Santa Cruz, propriedade do Governo Federal, ficando-lhe anexa uma fazenda experimental e uma estação de ensaios de máquinas, cuja construção chegou a ser iniciada naquele mesmo ano, os primeiros estudos e exames efetuados na área demonstraram não ser o local próprio para a instalação da Escola.

Grillo (1938) apontou três motivos para a impropriedade do local. O primeiro era a distância que “dificultaria o regime de externato estatuído no regulamento, além dos embaraços que oporia à organização do pessoal docente”. O segundo dizia respeito ao estado de ruína dos edifícios localizados na fazenda, “de modo a não permitir seu aproveitamento”. O terceiro referia-se ao solo, afirmando que não era “de natureza variada, como conviria, às terras dessa fazenda experimental” (p. 10).

Em virtude das dificuldades apontadas para a instalação da ESAMV na Fazenda Santa Cruz, foi promulgado, em 14 de setembro de 1911, um outro decreto, o de nº 8.970, fixando a nova sede na Rua General Canabarro nº 42, em plena área urbana da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. O local foi escolhido em decorrência da ação desenvolvida para este fim por Gustavo d’Utra, que acreditava que o ensino agrícola superior somente poderia ser eficiente quando ministrado nos grandes centros. Devido à sua grande projeção e influência, d’Utra foi convidado a organizar e dirigir a ESAMV e obteve do Governo da República o Palácio Duque de Saxe, para a sede da Escola. Além disso, conseguiu o desmembramento dos terrenos do Ministério da Guerra, na estação de Deodoro, de uma área de 180 hectares, para a instalação da fazenda experimental (ESAMV. Arquivos da ESAMV, 1920 e 1928).

Entretanto, o novo endereço também não estava pronto para receber a Escola e precisava de obras, que só foram concluídas em 1913. Assim, a ESAMV, criada em 1910, é inaugurada, oficialmente, somente em 4 de julho de 1913, na então Capital da República, tendo a sua sede fixada no Palácio do Duque de Saxe, atual bairro do Maracanã, onde hoje está instalada a Escola Técnica Industrial.

Para Oliveira *et al.* (1996), a localização da ESAMV “operou um importante efeito simbólico. Ao instalá-la no Palácio do Duque de Saxe a agricultura recebia o *status* de nobreza, mesmo que num período republicano” (p.58). Segundo os autores, a “aparente ambigüidade e anacronismo só era explicável por um motivo, o desejo de libertar o trabalho com a terra da sua vinculação com o escravismo, tirá-la do preconceito que a denegria como atividade que no passado, não muito distante, fora entregue a negros escravos” (Id.). A agricultura era discutida, agora, nos salões nobres do Palácio e não mais nas áreas de serviço.

A despeito da instalação privilegiada, ela não contemplava o Campo de Experimentação e Prática Agrícola que ficava em Deodoro, distante cerca de 40 Km da sede, com a agravante da precariedade das estradas e dificuldade de transportes. Mas a Escola tentava superar tanto estas quanto as outras dificuldades mencionadas anteriormente, pautando sua trajetória em três pontos principais: a) o professor recrutado por concurso; b) a eficiência dos seus laboratórios; c) o próprio Campo de Experimentação que, apesar da distância, era preponderante na formação dos

estudantes.

Um dos autores que embasa esta afirmativa é Grillo (1938). Na sua visão, o padrão adotado pela Escola “era perfeito e a sua eficiência se baseava nos 3 fatores essenciais ao ensino agrônomo — o professor, o laboratório e o campo”. Segundo este autor, era fundamental para a qualidade do trabalho desenvolvido pela ESAMV contar com professores selecionados através de concurso, desde a formação do seu primeiro corpo docente, em um período no qual a prática nas escolas agrícolas era a da indicação destes professores pelas autoridades constituídas. Em relação aos laboratórios, Grillo afirma que a Escola “possuía muitos, bem completos e modelares, projetados e executados, todos, segundo os requisitos da técnica moderna” (Ibid). Já o Campo de Experimentação, sob a responsabilidade do professor Oliveira Mendes, era considerado pelo autor como fundamental para a aplicação dos conhecimentos adquiridos nos laboratórios. Para ele, a ESAMV “possuía todos os requisitos de um grande estabelecimento de ensino superior de agronomia” (Ibid). Seu texto tece elogios a Gustavo d’Utra, que esteve na direção da Escola até 1914.

A Escola itinerante e sua quase extinção

Não obstante o reconhecimento do trabalho desenvolvido dentro da nova proposta modernizadora para o ensino agrícola, em 1915 a ESAMV sofreu sua crise mais grave que colocou em risco sua existência. Sob a alegação de falta de verbas e sem recursos de qualquer espécie, a Escola foi fechada, juntamente com todos os seus laboratórios, inclusive o Campo de Experimentação e Prática Agrícola de Deodoro. Mesmo com suas atividades suspensas, foi mantido o professor Arthur do Prado como diretor interino, no período de 1915 a 1916 (ESAMV. Arquivos da ESAMV, 1920 e 1928). Para muitas pessoas envolvidas no processo, o fechamento da Escola foi considerado “um golpe”, uma “derrubada arquitetada” (Grillo, 1938).

Mendonça tenta explicar em seu estudo o porquê desse “golpe”. Para ela, as mudanças de sede, a inauguração tardia, a falta de verbas e o conseqüente fechamento da ESAMV, em 1915, resultaram do embate político entre a oligarquia paulista, que tinha sua maior representação na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), e o Ministério de Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), criador da ESAMV. A Escola do Rio de Janeiro representava “uma reação contra-hegemônica, verificada no próprio seio das frações agrárias da classe dominante brasileira na Primeira República, da qual a ESAMV seria, indubitavelmente, peça fundamental” (Mendonça, 1994).

Nessa época o MAIC podia ser considerado como um “eixo alternativo de poder” na Primeira República (Moore Jr, 1967), uma vez que, entre as suas finalidades encontrava-se a proposta de modernização de todos os setores agrícolas, o que contrariava a bancada paulista no Congresso Nacional, pouco interessada na questão. Para a grande burguesia paulista da época a prioridade

era somente a implementação da política de valorização do café, contrapondo-se, portanto, à proposta de modernização ampla do MAIC. Dessa forma, enquanto a instabilidade e incerteza do ensino agrônomo federal representado pela ESAMV, fossem mantidas, a Escola Estadual Paulista — ESALQ — garantiria o monopólio na formação dos engenheiros agrônomos brasileiros.

Entretanto, o ensino agrícola federal teve sua sobrevivência mais uma vez assegurada, desta vez pelo Decreto nº 12.012, de 20 de março de 1916. A nova legislação reunia a ESAMV às Escolas Médias ou Teórico-Práticas de Pinheiro e da Bahia, em um único estabelecimento, sediado na cidade de Pinheiro (hoje Pinheiral), interior do Estado do Rio de Janeiro, nas instalações da antiga Escola de Agricultura (Brasil, 1900-1933). O professor Manoel Paulino Cavalcanti que era o diretor da Escola de Agricultura de Pinheiro, assume, em curto período — de 1/1/1916 até 31/5/1916 — a direção da ESAMV (ESAMV. Arquivos da ESAMV, 1920 e 1928).

As duas escolas médias (Pinheiro e Bahia) foram extintas, restando somente a ESAMV que, passou a ter como corpo discente básico os alunos das antigas instituições. A Escola Superior, nesse período, perdeu prestígio e foi considerada uma escola *interiorana*. Isso repercutiu imediatamente no decréscimo do número de matriculados, que perdurou nos dois anos em que permaneceu localizada na cidade de Pinheiro, agora já dirigida pelo professor Cândido Firmino de Mello Leitão Júnior, que a assumiu de 1 de junho de 1916 até 1919 (ESAMV. Arquivos da ESAMV, 1920, 1922 e 1928).

Em 28 de fevereiro de 1918, o Decreto nº 12.894 impôs a ESAMV mais uma transferência, desta vez para os prédios do Horto Botânico do Rio de Janeiro, localizado na cidade de Niterói. As justificativas para a transferência estavam todas contidas no corpo do decreto. Começava, com a freqüência insignificante em ambos os cursos da Escola e continuava discorrendo sobre as dificuldades da localização que geravam problemas e despesas com o transporte de pessoal e material. Em seguida, afirmava que o Governo não dispunha, no Distrito Federal, de propriedade que pudesse servir para a transferência e que o Governador do Estado do Rio de Janeiro prontificou-se a doar ao Governo Federal, na cidade de Niterói, os prédios e terrenos necessários para a instalação da Escola. Enfatizava as vantagens das práticas agrícolas serem desenvolvidas no próprio Horto Botânico e exaltava as condições vantajosas de vida e de transporte da cidade de Niterói, tratada, na época, como zona rural da Cidade do Rio de Janeiro, assim como a sua proximidade da Capital Federal. Finalizava, destinando às instalações de Pinheiro a tarefa de alojar menores desvalidos (Brasil, 1900-1933).

A mudança para Niterói foi acompanhada de significativo aumento no número de alunos e uma razoável estabilidade, apesar da inadequação de suas dependências físicas, experimentais e laboratoriais resultarem na busca de outros espaços para o desenvolvimento das atividades práticas. Resolvia-se

o problema da distância, mas agravavam-se as dificuldades da prática de campo, uma vez que o Horto Botânico dispunha de área suficiente para os trabalhos de floricultura e fruticultura mas não permitia as práticas de agricultura, nem tampouco os trabalhos experimentais. Entretanto, o corpo docente, apesar da deficiência material, procurou manter o ensino em nível elevado, tarefa que foi facilitada pela qualidade de seus quadros (Grillo, 1938).

A Escola permaneceu em Niterói de 1918 a 1927. Na maior parte deste período — de 1919 a 1926 — foi dirigida pelo professor Paulo de Figueiredo Parreiras Horta (ESAMV. Archivos da ESAMV, 1922 e 1928). O tempo de permanência de oito anos na mesma sede, o maior até então de sua vida itinerante, foi significativo na consolidação de sua existência.

Em 1927, a Escola é transferida mais uma vez, agora para o edifício sede do primeiro Ministério da Agricultura, na Av. Pasteur, nº 404, na Praia Vermelha (Decreto nº 17.776). Era mais um espaço improvisado para uma escola essencialmente agrícola em pleno núcleo urbano do então Distrito Federal. Essa mudança tanto podia demonstrar o reconhecimento da Escola pelo Governo Federal e, portanto, o empenho de removê-la para mais perto do poder decisório, dentro do próprio Ministério, como também podia ser considerada como um indício da falta de recursos a ela destinados para estabelecê-la em uma sede mais condizente com as suas necessidades (Oliveira *et al.*, 1996).

Mas a Escola que já tinha aprendido a conviver com deficiências e adaptações, continuou crescendo e ampliando suas publicações. Só a Escola de Agricultura publicou dez volumes de seus arquivos oriundos de trabalhos originais de seu corpo docente (Grillo, 1938). Isso demonstra que a pesquisa fazia parte do cotidiano da ESAMV, favorecendo sua legitimação acadêmica e política.

A ESAMV e seu desdobramento

No ano de 1934, através do Decreto nº 23.858, de 8 de fevereiro, a ESAMV teve seus cursos desmembrados em grandes escolas nacionais: Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinária e Escola Nacional de Química. Estava em vigor o *Estatuto das Universidades Brasileiras* instituído pela Reforma Francisco Campos, através do Decreto nº 19.851 de 1930, que dispunha sobre a obrigatoriedade de pelo menos três dos seguintes cursos para a constituição de uma universidade: Direito; Medicina; Engenharia; Educação, Ciências e Letras. A Instituição em estudo, além de não estar ligada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, contava com três Escolas Nacionais — Agronomia, Veterinária e Química — não cumprindo, portanto, as exigências legais para se transformar em universidade.

As Escolas Nacionais ficaram, porém, limitadas e restringidas pelas respectivas subordinações. A Escola Nacional de Agronomia (ENA) ficou subordinada diretamente à Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura (MINAGRI) e o diretor deste órgão do

Ministério acumulava a função de diretor dessa Escola. Por sua vez, a Escola Nacional de Veterinária (ENV) estava vinculada ao Departamento Nacional da Produção Animal e seu diretor também era o chefe deste departamento. Uma maior liberdade em termos administrativos para as Escolas Nacionais significava, então, a desvinculação desses órgãos e a criação do cargo de diretor das instituições educacionais. Isso foi atendido, em parte, pela Portaria Ministerial de 14 de novembro de 1936, que tornou as Escolas independentes e abriu caminho para, em 24 de fevereiro de 1937, ser criado o cargo de diretor das Escolas, subordinando-as diretamente ao Ministro da Agricultura. Entretanto, a partir de 1938, através do Decreto-Lei nº 982, de 23 de dezembro, a ENA passou a subordinar-se, mais uma vez, a um órgão do MINAGRI, o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), enquanto que a ENV continuou subordinada ao Ministro de Estado.

A Universidade Rural

Em 30 de dezembro de 1943 o CNEPA é reorganizado, pelo Decreto-Lei nº 6.155, tendo “por finalidade ministrar o ensino agrícola e veterinário e executar, coordenar e dirigir as pesquisas agrônômicas no país”. Ele foi composto pelos seguintes órgãos: I - Universidade Rural; II - Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas; III - Serviço Médico; IV - Superintendência de Edifícios e Parques; V - Serviço de Administração; VI - Biblioteca (Decreto-Lei nº 6.155/43, art. 2º). Nascia, neste momento, a Universidade Rural (UR), que pelo mesmo decreto, tinha a sua composição assim determinada: I - Escola Nacional de Agronomia; II - Escola Nacional de Veterinária; III - Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização; IV - Cursos de Extensão; V - Serviço Escolar; VI - Serviço de Desporto (Ibid., art. 4º).

É importante notar que das três Escolas Nacionais iniciais, a Universidade Rural foi formada por somente duas: Agronomia e Veterinária. Isso aconteceu porque em 1937, a Lei nº 452 que instituiu a Universidade do Brasil, determinou sua constituição por 15 Escolas ou Faculdades que, na época, eram referências de ensino. Eram elas: Faculdade Nacional de Filosofia Ciências e Letras; Faculdade Nacional de Educação; Escola Nacional de Engenharia; Escola Nacional de Minas e Metalurgia; **Escola Nacional de Química**; Faculdade Nacional de Medicina; Faculdade Nacional de Odontologia; Faculdade Nacional de Farmácia; Faculdade Nacional de Direito; Faculdade Nacional de Política e Economia; **Escola Nacional de Agronomia**; **Escola Nacional de Veterinária**; Escola Nacional de Arquitetura; Escola Nacional de Belas Artes; Escola Nacional de Música (Lei nº 452/37, art. 4º, grifos nossos). Como se pode ver, as três Escolas Nacionais originárias da ESAMV foram incorporadas, por lei, à Universidade do Brasil. No entanto, só foi efetivada na realidade a transferência da Escola Nacional de Química, que veio a constituir-se na Escola de Engenharia Química da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As outras duas mantiveram-se unidas e constituíram, em

1943, a Universidade Rural.

Apesar de ser, agora, uma universidade, a UR se diferenciava das demais do país por estar vinculada a um órgão do Ministério da Agricultura e não ao Ministério da Educação e Saúde, como as demais universidades brasileiras. Para Carvalho (1997), esta separação do órgão gestor do ensino superior evidenciava “o jogo de forças onde se articulavam os interesses do patronato rural em manter esta esfera subordinada aos seus interesses e aos do governo, quanto à expectativa de formar quadros profissionais que resguardassem as condições de produção e sanidade dos rebanhos nacionais”.

Por outro lado, essa separação também produziu um relevante diferencial para a Universidade Rural. Era a instituição mais importante dentro do Ministério ao qual estava subordinada e já contava, na época, com cerca de 1.300 alunos. O espaço onde ela estava instalada, na Urca, tinha se tornado pequeno para o número de alunos, e cada vez mais impróprio para os cursos da área agrônômica.

Ciente das dificuldades e com o firme propósito de saná-las, o Ministério da Agricultura iniciou em 1938, na gestão do Ministro Fernando Costa, as obras de um *campus* especialmente construído para a Universidade Rural, no Km 47 da Estrada Rio-São Paulo. Pretendia o Ministro, além de instalar a Universidade em um local no qual pudesse crescer e desenvolver suas práticas agrícolas, resolver o problema de um “local visto então com certas reservas por causa da malária e pela presença de um grande número de *grileiros* na região” (Costa, 1994).

Considerações finais

Entre os anos de 1913 e 1934, como já foi visto, a ESAMV foi criada, inaugurada, sofreu transferências de sede e ameaça de extinção, perdeu o espaço nobre do Palácio do Duque de Saxe, na capital do país e passou a funcionar no prédio de uma escola média no interior do Estado do Rio de Janeiro. Esteve no meio do debate travado entre o MAIC e a oligarquia cafeeira e foi alvo de represálias em forma de corte de verbas. Mas, apesar das vicissitudes, ela sobreviveu e transformou-se em Escola Padrão Nacional, para os cursos de Agronomia e Veterinária.

Entende-se que a força que manteve viva esta Escola foi a existência de determinadas práticas independentes. Dentre elas pode se destacar a instituição de concurso público para professores, no qual a totalidade da congregação da Escola participava. Também as regras para a seleção dos alunos e para a aceitação de transferências de outras escolas para a ESAMV eram determinadas por sua Congregação, assim como a indicação dos docentes para bolsas de estudo no exterior (ESAMV. Atas da Congregação, 1923–1933). É importante apontar, ainda, a organização do ensino e da pesquisa. A pesquisa era garantida

pela contratação de professores altamente qualificados¹ e rigorosamente selecionados que, em 1920, já fazia com que a Escola fosse vista pelo Ministro da Agricultura, Ildefonso Simões Lopes, como um “grande centro científico”, conforme registrado na exposição de motivos que acompanhou o Regulamento da ESAMV (1920).

Vale observar, também, a contribuição ativa e decisiva da ESAMV na campanha pela regulamentação da profissão de engenheiro-agrônomo, que foi reconhecida oficialmente pelo Decreto nº 23.196 de 12/10/1933. O monopólio da concessão passou a ser detido pelo MAIC, após inspeção escolar realizada pelos professores da ESAMV (ESAMV. Regimento Interno, 1930).

As Escolas Nacionais originárias de seu desdobramento mantiveram o padrão de excelência de tal forma que, em 1943, transformou-se oficialmente em universidade — Universidade Rural. A Instituição manteve-se vinculada ao Ministério da Agricultura até 1967, quando foi transferida para o Ministério da Educação e Cultura e assumiu a denominação de Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os fatos analisados conduzem à afirmativa de que o estudo da trajetória histórica da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária é, sem dúvida, importante referencial para as pesquisas relacionadas à política de educação superior agrônômica no Brasil, no início do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Coleção de Leis da República (CLR)*. Brasil: Imprensa Nacional, 1900-1933.
- CARVALHO, Raul Ribeiro de. *A humanização do pequeno animal: um estudo da profissão e formação do médico veterinário no Estado do Rio de Janeiro*. 1997. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, ICHS, Rio de Janeiro, RJ.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Introdução. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. CPDA/UFRRJ, n. 3, 1994, p. 7-11.
- ESCOLA NACIONAL DE AGRONOMIA (ENA). *Boletim da Escola Nacional de Agronomia: Jubileu comemorativo de sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

¹ A respeito da formação dos professores da ESAMV, suas pesquisas e publicações, ver ENA, 1938, p. 71-126.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E MEDICINA VETERINÁRIA (ESAMV). *Archivos da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária*. 1920, 1922, 1928.

_____. *Atas da Congregação*. 1923 – 1933 (manuscrito).

_____. *Atas de Concurso para Professor*. 1911, 1913, 1920 (manuscrito).

_____. *Regimento Interno*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

_____. *Regulamento*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

GRILLO, Heitor V. Silveira. Discurso do Diretor da Escola Nacional de Agronomia. Prof. Heitor V. Silveira Grillo. In: *Boletim da Escola Nacional de Agronomia, nº 1*. Jubileu Comemorativo de sua fundação 1913-1938.

Rio de Janeiro: Escola Nacional de Agronomia, 1938, p. 9-19.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Saber e Poder no Brasil: o ensino agrícola na primeira república*. Relatório Final de Pesquisa ao CNPq. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 1994.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MAIC). *Contribuições para a Regulamentação do Ensino Agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

MOORE, Jr, B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa: Cosmos, 1967.

OLIVEIRA, Ana Lúcia V. Santa Cruz; DAMASCENO, Caetana Maria; ALVES, José Cláudio Souza; NÓBREGA, Luciana de Amorim. Memória da Rural. In: *Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas*, volume 18, nº 1-2, dezembro, 1996, p. 57-71.